



**SUPERINTENDÊNCIA
DA ZONA FRANCA DE MANAUS**

www.suframa.gov.br

Clipping Local e Nacional On-line

Nesta edição 12 **matérias**

Coordenação Geral de Comunicação Social - CGCOM

Manaus, segunda-feira, 12 de dezembro de 2011

AMAZONAS EM TEMPO

Barreira contra a entrada de produtos importados 1
VEICULAÇÃO LOCAL

VALOR ECONÔMICO

Lula sugere a Dilma reforma restrita 2
VEICULAÇÃO NACIONAL

VALOR ECONÔMICO

Nanoinvestimentos 4
VEICULAÇÃO NACIONAL

O GLOBO

Governo tenta barrar depoimento de Pimentel 6
VEICULAÇÃO NACIONAL

O GLOBO

Governo tenta barrar depoimento de Fernando Pimentel no Senado 7
VEICULAÇÃO NACIONAL

REVISTA ISTOÉ DINHEIRO

Governador do Pará defende um novo pacto federativo 9
VEICULAÇÃO NACIONAL

JORNAL DO COMMERCIÓ ONLINE

Cláudio Humberto 11
VEICULAÇÃO NACIONAL

G-1

Com IPI menor, fabricantes de linha branca contratam 12
VEICULAÇÃO NACIONAL

BRASIL ECONÔMICO-SP

Reforma de Dilma pode ter choque de gestão e corte de ministérios 13
VEICULAÇÃO NACIONAL

BRASIL ECONÔMICO-SP

Emprego na indústria recua 0,4% em outubro 15
VEICULAÇÃO NACIONAL

R7

Dilma avalia positivamente resultado da Conferência da ONU sobre Mudanças Climáticas 16
VEICULAÇÃO NACIONAL

PORTAL D24AM

Novo superintendente da Suframa admite risco com a reforma tributária 17
VEICULAÇÃO NACIONAL

	VEÍCULO AMAZONAS EM TEMPO		EDITORIA
	TÍTULO Barreira contra a entrada de produtos <u>importados</u>		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO LOCAL

Os clamores para que o governo adote medidas protecionistas em relação à produção nacional contra o ‘assédio’ da concorrência chinesa começam a surtir efeitos. Autoridades do governo do Amazonas se declararam a favor da demanda dos empresários e prometem trabalhar para evitar que o parque fabril local seja afetado pelos produtos importados.

O novo titular da Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa), Thomaz Nogueira, afirmou que é favorável à adoção de barreiras protecionistas que preservem a competitividade das fábricas instaladas no Polo Industrial de Manaus (PIM) diante da “invasão” dos produtos vindos da China.

“Sou a favor de uma política inteligente que estimule a competição, mas que proteja quando ela for predatória”, enfatiza, ao ressaltar que a proteção do polo industrial será uma de suas principais preocupações quando assumir o comando da autarquia, em janeiro de 2012.

Segundo o Superintendente em exercício da Suframa, Oldemar Ianck, o governo tomou providências para proteger a produção, por exemplo, de condicionadores de ar split quando fez a revisão das alíquotas de importação desses produtos.

A concorrência desleal dos produtos chineses levou vários segmentos que atuam no polo industrial a buscar

‘socorro’ do Governo Federal na tentativa de manter as vantagens comparativas que garantem a competitividade, os investimentos e os empregos gerados pelas fábricas instaladas em Manaus.

Do polo eletroeletrônico ao de duas rodas, os empresários se movimentam para pressionar o governo e os políticos da bancada amazonense no Congresso Nacional para elevar as taxas de importação como forma de proteger o produto nacional.

“Todos os setores têm nos procurado e cada um deles tem uma situação diferente. O Ministério sempre está disponível para auxiliar esses setores na defesa da indústria nacional”, afirma o secretário executivo do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (Mdic), Alessandro Teixeira.

Para o presidente do Centro da Indústria do Estado do Amazonas (Cieam) e do Sindicato da Indústria de Aparelhos Elétricos, Eletrônicos e Similares do Estado do Amazonas (Sinaees-AM), Wilson Périco, qualquer apoio do governo é bem-vindo, porém, salienta que até agora pouco tem sido feito para atender as demandas dos empresários.

	VEÍCULO VALOR ECONÔMICO		EDITORIA
	TÍTULO Lula sugere a Dilma reforma restrita		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Governo presidente deve promover poucas mudanças para não gerar instabilidade nem passar recibo de que há crise

Raymundo Costa

A reforma do Ministério prevista para o início de 2012 será menor do que chegou a ser cogitado. Primeiro, devido à queda em série de ministros ocorrida neste ano - sete desde junho. Depois, por causa da oposição do grupo do PT mais próximo do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, contrário, entre outras coisas, à extinção de Ministérios considerados "conquistas da sociedade", como o das Mulheres e o da Integração Racial.

Desde a conversa entre Lula e a presidente Dilma Rousseff, na última semana, a expectativa do PT mudou. Antes, a avaliação era que a reforma poderia atingir entre dez e 12 ministros. Agora, a mudança pode ficar restrita aos ministros que deixarão o governo para disputar a eleição e à nomeação do substituto de Carlos Lupi no Ministério do Trabalho. Isso é o que está certo. O resto, como se diz no Palácio do Planalto, faz parte do "direito de chute".

Poucas mudanças são dadas como certas entre os auxiliares mais próximos de Dilma, entre elas "algum ajuste" nas atribuições do Ministério do Planejamento e da Casa Civil. Mas sem processo "esvaziatório" de nenhum ministro. Fariam parte do "direito de chute" as notícias sobre a intenção da presidente de levar a execução do PAC de volta para o Palácio do Planalto, mais próximo de sua vigilância.

"Se pensava nisso, deixou de pensar", disse um auxiliar da presidente. Entre os ministros que trabalham no Palácio do Planalto há um acordo para não falar de reforma. A explicação é que a presidente vai pensar no assunto no tempo devido, após voltar dos dez dias de descanso que pretende tirar em janeiro, após as festas de fim de ano.

O silêncio dos ministros é uma exigência da presidente, mas também resultado do intenso jogo de pressões e contrapressões inerentes a qualquer reforma do Ministério, especialmente quando anunciada com muita antecedência. No caso do governo Dilma, uma declaração da ministra Ideli Salvatti (Relações Institucionais), em setembro passado, na

qual afirmou que a presidente Dilma não deixaria que o processo eleitoral contaminasse o Ministério e advertiu que as mudanças poderiam ser feitas já na "virada do ano".

Àquela altura, cinco ministros já haviam deixado o governo, quatro dos quais no processo de "faxina" ética - Antonio Palocci, em junho, Alfredo Nascimento, em julho, Wagner Rossi, em agosto e Pedro Novais, em 14 de setembro - o quinto, Nelson Jobim, caiu em agosto depois de uma série de trapalhadas em sua relação com a presidente. Depois da entrevista de Ideli, mais dois ministros foram levados a pedir demissão (Orlando Silva e Carlos Lupi) e outros dois (Fernando Pimentel e Mário Negromonte) se encontram na alça-de-mira.

Dilma havia pedido para Fernando Haddad (Educação), único ministro até agora a confirmar que será candidato a prefeito, ficar até a reforma. A ministra Iriny Lopes (Mulheres) também deve concorrer em Vitória (ES), mas ainda não anunciou a candidatura. É pouco para uma reforma, mas internamente a disputa pelas duas vagas já começou e é belicosa, principalmente a vaga da Educação.

O grupo petista mais ligado ao ex-presidente Lula pressiona no sentido de que a reforma não vá muito além disso mesmo. Exercendo o livre "direito de chute", o PT avalia que há duas outras cabeças a prêmio no mercado: Afonso Florence (Desenvolvimento Agrário) e Ana de Holanda (Cultura). "Isso que tem saído (nos jornais), como a unificação dos Ministérios, com Direitos Humanos incorporando as secretarias de Política para as Mulheres e a de Integração Racial, a Pesca juntar com a Agricultura, e o Trabalho com a Previdência Social, é tudo especulação", diz um dos petistas mais próximos do ex-presidente Lula.

São vários os argumentos dos lulistas, entre os quais destacam-se três: uma reforma ampla poderia gerar instabilidade na base de sustentação parlamentar, que bem ou mal aprovou praticamente tudo o que o governo quis no Congresso; transmitir a impressão de "começar tudo de novo" e de parecer que o governo está passando "recibo da crise" - a queda em série de ministros agora se aproximou perigosamente da presidente da República, com as suspeitas que pesam sobre os contratos de consultoria do ministro do

Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Fernando **PIM**entel.

A hipótese de redução do número de **Ministérios** ao custo da extinção de secretarias que os movimentos sociais consideram "uma conquista" também provocou uma enxurrada de protestos e abaixo-assinados ao Palácio do Planalto.

Apesar da tentativa do Planalto de desidratar o noticiário sobre a reforma, algumas soluções são dadas como certas no PT. Uma delas: se Dilma juntar Previdência Social e Trabalho em um único **Ministério**, deve optar por um nome técnico para a Pasta. Se deixar como está, o **Ministério** pode voltar ao domínio do PT. O PDT seria recompensado com uma pasta menor, de acordo com o tamanho de sua bancada no Congresso.

A tendência é a presidente manter todos os partidos da base no **Ministério**, com a exceção do PTB (o partido presidido por Roberto Jefferson, autor da denúncia do suposto esquema do mensalão). Mas deve dosar melhor, de modo que a representação do partido na Esplanada dos **Ministérios** seja uma expressão mais fiel de sua força parlamentar. Assim, a presidente pode fortalecer um pouco mais o PMDB, que perdeu densidade em relação ao que tinha no governo Lula. E reduzir alguns outros, cujo peso no **Ministério** é desproporcional ao do poder de fogo no Congresso, caso do PP, que controla um **Ministério**, Cidades, hoje ambicionado tanto pelo PMDB quanto pelo PT.

	VEÍCULO VALOR ECONÔMICO	EDITORIA	
	TÍTULO Nanoinvestimentos		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Com recursos esparsos, Brasil caminha lentamente na área de nanotecnologia, que avança rápido no mundo. Por Genilson Cezar

O avanço da nanotecnologia no mundo é visível. Já são mais de mil produtos de consumo em diversos segmentos de atividade, como cosméticos, tecidos e aparelhos eletrônicos. No Brasil, contudo, o lançamento de produtos não acompanha nem perto o ritmo internacional. Também são escassas as informações sobre as aplicações de recursos do setor público. A previsão, contudo, é que esse panorama mude, em função da importância crescente de pesquisas nessa área envolvendo os diferentes segmentos da economia.

Segundo Samuel César Júnior, técnico de planejamento e pesquisa do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (Ipea), em oito anos - de 2000 a 2007 - o investimento federal em nanotecnologia alcançou meros R\$ 195 milhões, sendo que os Estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul concentraram dois terços desses recursos. A soma significa menos de 5% do investimento total do Brasil em pesquisa no período (R\$ 3,9 bilhões). Foram 504 projetos (3,89%) de um total de 12.969 apoiados por financiamento governamental. Desse total, 91 projetos contaram com empresas envolvidas.

"Isso é muito pouco para uma área estratégica", explica César Júnior. "Em 2009, por exemplo, a Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) lançou um de seus últimos editais direcionados a novos projetos de nanotecnologia, de apenas R\$ 15 milhões. Os recursos são escassos, mas mais precária é a articulação entre as instituições de pesquisas universitárias e as empresas brasileiras. A indústria não sabe o que está sendo desenvolvido no ambiente acadêmico", diz ele. O Governo Federal elegeu a área como prioritária para ser atendida, daqui para frente, pelos programas federais de incentivos.

No campo da pesquisa acadêmico, pelo menos na área de saúde, a nanotecnologia já é uma realidade, avalia William Waissmann, pesquisador da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), um dos principais centros de pesquisa nessa área. A nanotecnologia é uma área multidisciplinar que associa química, física, biologia e engenharia na manipulação e construção de moléculas novas com propriedades distintas.

"Trata-se de uma plataforma que pode operar uma verdadeira revolução em vários setores industriais", diz ele, citando exemplos de vários produtos de uso corriqueiro, como para limpeza do petróleo na água, plásticos para guardar alimentos, meias que não deixam cheiro ou tintas que impedem o risco. "Na área de saúde, a nanotecnologia tem momentos importantes na biotecnologia para produção de fármacos, quimioterápicos e outros medicamentos, na produção de vacinas e biossensores e na regeneração de tecidos e óssea", afirma.

Os obstáculos, no entanto, de acordo com Waissmann, estão entre a criação e a pesquisa, a geração de patentes até a produção comercial. "Nosso maior problema está entre o processo de criar e o de transformar essa criação em produto comercial." Segundo ele, o estímulo para superar esse entrave tem que ser dado por uma política de Estado, que inclua investimentos e superação da burocracia e de normas técnicas.

Estudos realizados no meio empresarial apresentam um cenário igualmente severo em relação ao estágio atual da nanotecnologia no país. Pesquisa divulgada pela Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro mostra que o mercado de produtos originalmente desenvolvidos no Brasil somou apenas R\$ 115 milhões em 2010. Enquanto isso, o volume de negócios no mercado internacional atingiu US\$ 383 bilhões, incluindo o faturamento com 1.015 produtos para o consumidor final ou intermediários.

Dados do Ministério da Ciência e Tecnologia, divulgados pela Firjan, indicam que existem hoje 150 empresas desenvolvendo produtos ou prestando serviços a partir de conhecimentos em nanotecnologia.

Um dos setores com crescimento mais acelerado no desenvolvimento de novas tecnologias, já com várias aplicações em escala industrial, é o automobilístico. "A primeira onda de materiais de nanotecnologia representou um avanço muito forte na indústria, principalmente nos materiais plásticos. Eles se tornaram mais fluidos, duráveis e resistentes, aplicados a para-choques, conectores e centrais elétricas inteligentes", diz Flávio Campos, membro do conselho diretor do SAE Brasil e diretor de engenharia da Delphi. "O desafio

é obter escala e melhorar as condições de custo, tornando os produtos mais acessíveis ao consumidor", afirma.

Segundo Waissmann, para melhorar o cenário está em discussão a criação de uma associação ligada ao assunto, a partir do Fórum de Competitividade de Nanotecnologia, conduzido no âmbito da Secretaria de Tecnologia e Inovação do **Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior**. Quatro grupos de trabalho foram constituídos nesse fórum - **mercado**, marco regulatório, cooperação internacional e formação de recursos humanos.

O objetivo, destaca João Batista Lanari, diretor de tecnologias inovadoras do **MDIC**, é aumentar a competitividade do país no **mercado** mundial por meio da articulação entre as necessidades do setor privado, governos e academia. "A intenção é buscar o consenso em torno de oportunidades e desafios, definindo metas e ações voltadas para a implementação de uma política industrial de **desenvolvimento da produção**."

	VEÍCULO O GLOBO		EDITORIA
	TÍTULO Governo tenta barrar depoimento de <u>PIM</u> ntel		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Convocação para que ministro se explique no Senado será votada amanhã. Ordem do Planalto é esvaziar o caso

BRASÍLIA . O Palácio do Planalto deflagrou estratégia para tentar esvaziar ao longo desta semana o caso envolvendo o ministro do Desenvolvimento, Fernando PIMntel. A avaliação interna é que, se conseguir desidratar o episódio envolvendo as consultorias de PIMntel antes do recesso de fim de ano, o caso estará encerrado. O GLOBO revelou que o ministro recebeu R\$2 milhões em consultoria antes do governo Dilma.

A ordem do Planalto é barrar uma convocação do ministro para falar sobre caso no Senado. Para o governo, o risco de um depoimento é maior do que o desgaste para abafar uma convocação. Essa ação do governo tem o respaldo pessoal da presidente Dilma Rousseff. Segundo interlocutores, diferente dos outros episódios de queda de ministros, Dilma não emitiu sinais de substituição de PIMntel. Pelo contrário: a orientação é de que ele permanece na reforma ministerial.

Mas já há o reconhecimento interno de que ele ficará enfraquecido politicamente. De forma reservada, ministros admitem que, apesar das explicações, as denúncias criaram forte desgaste na imagem de PIMntel.

Amanhã, será votado o requerimento apresentado pelo líder do PSDB, senador Álvaro Dias, para convocação de PIMntel na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle. Mas, segundo um ministro, é melhor sofrer um pequeno desgaste para barrar a convocação, do que realimentar o noticiário com um depoimento considerado arriscado.

- Se ele não for, ficará muito mal para o governo. Até porque, os demais ministros que foram prestar esclarecimentos não eram do PT. A operação para barrar a convocação de PIMntel mostra que o governo está preocupado com as denúncias - ressaltou Álvaro Dias. - Se eles estivessem tranquilos, essa seria a melhor oportunidade para dar explicações. Ou esse dinheiro da consultoria é resultado de tráfico de influência ou, pior, é lavagem de dinheiro de caixa dois de campanha.

O PT também reforça essa estratégia de esvaziar o caso, apesar do constrangimento dos aliados, que viram pela primeira vez a presidente Dilma mudar de ideia e blindar o ministro de sua cota pessoal. O líder do PT, senador Humberto Costa (PE), descartou a possibilidade de aprovar uma convocação:

- Até o momento, não há motivação que justifique a convocação do ministro PIMntel. Os fatos citados não dizem respeito ao Governo Federal. Ele não exercia função pública quando prestou consultoria. E as empresas citadas não têm relação com o Executivo. Se tiver que falar sobre isso, o local adequado não é o Congresso, mas a Câmara dos Vereadores (de Belo Horizonte).

Estratégia de proteger ministro já incomoda aliados

Para reforçar PIMntel internamente, Dilma tem dado demonstrações de apreço por ele e chegou a aconselhá-lo a resistir às acusações, algo que não fez com os ministros que caíram ao longo desse ano. Essa estratégia já incomoda os aliados, pois, até então, os ministros acusados de irregularidade eram pressionados pelo Planalto a prestar depoimento no Congresso.

- Pelo jeito, a conta do PR foi muito alta se comparada com a crise envolvendo PIMntel - comenta o vice-líder do governo, deputado Luciano Castro (PR-RR), numa referência ao episódio que derrubou, em julho, o ex-ministro dos Transportes, Alfredo Nascimento.

- O governo usou dois pesos e duas medidas. PIMntel tem que dar explicações. Se todo mundo foi, por que ele não vai? Se não for, vai ficar parecendo que esconde algo - disparou o deputado Paulinho da Força (PDT-SP), numa comparação com o caso envolvendo o ex-ministro do Trabalho, Carlos Lupi.

- Houve critério na convocação dos ministros. Eles falaram sobre temas relacionados ao Governo Federal. Mas não há razão para chamar PIMntel para falar sobre temas anteriores ao governo Dilma. Não há movimento para poupar o PT e fragilizar os aliados - rebateu o líder do PT, deputado Paulo Teixeira (SP)..

	VEÍCULO O GLOBO		EDITORIA
	TÍTULO Governo tenta barrar depoimento de Fernando <u>PIM</u>entel no Senado		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

BRASÍLIA - O Palácio do Planalto deflagrou estratégia para tentar esvaziar ao longo desta semana o caso envolvendo o ministro do Desenvolvimento, Fernando PIMentel. A avaliação interna é que, se conseguir desidratar o episódio envolvendo as consultorias de PIMentel antes do recesso de fim de ano, o caso estará encerrado. O GLOBO revelou que o ministro recebeu R\$ 2 milhões em consultoria antes do governo Dilma.

A ordem do Planalto é barrar uma convocação do ministro para falar sobre caso no Senado. Para o governo, o risco de um depoimento é maior do que o desgaste para abafar uma convocação. Essa ação do governo tem o respaldo pessoal da presidente Dilma Rousseff. Segundo interlocutores, diferente dos outros episódios de queda de ministros, Dilma não emitiu sinais de substituição de PIMentel. Pelo contrário: a orientação é de que ele permanece na reforma ministerial.

Mas já há o reconhecimento interno de que ele ficará enfraquecido politicamente. De forma reservada, ministros admitem que, apesar das explicações, as denúncias criaram forte desgaste na imagem de PIMentel.

Nesta terça-feira, será votado o requerimento apresentado pelo líder do PSDB, senador Alvaro Dias, para convocação de PIMentel na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle. Mas, segundo um ministro, é melhor sofrer um pequeno desgaste para barrar a convocação, do que realimentar o noticiário com um depoimento considerado arriscado.

- Se ele não for, ficará muito mal para o governo. Até porque, os demais ministros que foram prestar esclarecimentos não eram do PT. A operação para barrar a convocação de PIMentel mostra que o governo está preocupado com as denúncias - ressaltou Alvaro

Dias. - Se eles estivessem tranquilos, essa seria a melhor oportunidade para dar explicações. Ou esse dinheiro da consultoria é resultado de tráfico de influência ou, pior, é lavagem de dinheiro de caixa dois de campanha.

O PT também reforça essa estratégia de esvaziar o caso, apesar do constrangimento dos aliados, que viram pela primeira vez a presidente Dilma mudar de ideia e blindar o ministro de sua cota pessoal. O líder do PT, senador Humberto Costa (PE), descartou a possibilidade de aprovar uma convocação:

- Até o momento, não há motivação que justifique a convocação do ministro PIMentel. Os fatos citados não dizem respeito ao Governo Federal. Ele não exercia função pública quando prestou consultoria. E as empresas citadas não têm relação com o Executivo. Se tiver que falar sobre isso, o local adequado não é o Congresso, mas a Câmara dos Vereadores (de Belo Horizonte).

Estratégia de proteger ministro já incomoda aliados

Para reforçar PIMentel internamente, Dilma tem dado demonstrações de apreço por ele e chegou a aconselhá-lo a resistir às acusações, algo que não fez com os ministros que caíram ao longo desse ano. Essa estratégia já incomoda os aliados, pois, até então, os ministros acusados de irregularidade eram pressionados pelo Planalto a prestar depoimento no Congresso.

- Pelo jeito, a conta do PR foi muito alta se comparada com a crise envolvendo PIMentel - comenta o vice-líder do governo, deputado Luciano Castro (PR-RR), numa referência ao episódio que derrubou, em julho, o ex-ministro dos Transportes, Alfredo Nascimento.

- O governo usou dois pesos e duas medidas. PIMentel tem que dar explicações. Se todo mundo foi, por que ele não vai? Se não for, vai ficar parecendo que esconde algo - disparou o deputado Paulinho da

Força (PDT-SP), numa comparação com o caso envolvendo o ex-ministro do Trabalho, Carlos Lupi.

- Houve critério na convocação dos ministros. Eles falaram sobre temas relacionados ao **Governo Federal**.

Mas não há razão para chamar **PIM**entel para falar sobre temas anteriores ao governo Dilma. Não há movimento para poupar o PT e fragilizar os aliados - rebateu o líder do PT, deputado Paulo Teixeira (SP).

	VEÍCULO REVISTA ISTOÉ DINHEIRO		EDITORIA
	TÍTULO Governador do Pará defende um novo pacto federativo		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Aline Brelaz

O governador do Pará, Simão Jatene (PSDB), que já havia se pronunciado contra a divisão do Estado para formação dos Estados do Carajás (sul e sudeste) e Tapajós (oeste), admitiu após votar, que ficarão mágoas no lado derrotado na disputa. No entanto, ele assegura que o grande desafio a partir do resultado das urnas será conter as sequelas, reunir todos os lados da disputa para lutar pelo desenvolvimento do Estado do Pará e apontou que a única saída para o desenvolvimento dos Estados pobres é um novo pacto federativo.

"O pacto federativo precisa ser revisto. É um interesse natural das pessoas quererem ter mais saúde, segurança, educação. Sem dúvida alguma isso pressupõe rediscussão de responsabilidade, de direitos, há projetos de redivisão de Minas Gerais, São Paulo e outros, porque efetivamente o Estado brasileiro não consegue chegar onde o povo precisa", aponta Jatene. Ele afirma ainda, que é claro que tem interesse político por trás do movimento de divisão do Pará, mas que também sabe que há o sentimento genuíno de pessoas que lutam pela melhoria da qualidade de vida de suas regiões.

Simão Jatene votou por volta das 11h30, acompanhado da esposa, Ana, no bairro do Umarizal, em Belém. Após votar disse que tem consciência que apenas a união de todos os setores poderá reverter a situação social do Pará, um Estado com imensa riqueza natural e de povo pobre. "O sistema fiscal brasileiro é extremamente perverso para o Pará. É preciso que os recursos naturais deste Estado contribuam para melhorar a qualidade de vida da nossa gente", ressaltou Simão Jatene, que em seu primeiro governo ajuizou ação judicial contra a Lei Kandir, que desonera as exportações, impedindo os estados produtores de taxar as exportações de matéria-prima, como é o caso do Estado do Pará, que segundo dados da secretaria de Fazenda do Pará, perde por ano, mais de R\$ 1 bilhão em arrecadação de ICMS por causa da Lei Kandir.

Para o governador paraense, independente do resultado do plebiscito, o direito da maioria tem que ser respeitado, mas não se pode desconsiderar também o direito,

que é legítimo da minoria acreditar que dividindo seria melhor. Simão Jatene acredita que o plebiscito será positivo para que o povo paraense tenha uma ideia mais clara da questão territorial do Estado e do tamanho do desafio da administração estadual para superar as mazelas sociais históricas. "Temos enormes dificuldades, mas não tenho dúvida que o único caminho é nos unirmos para superar os inúmeros desafios. Não dá para aceitar que neste país, os recursos naturais beneficiem as empresas e não se tornem em benefícios para seu povo. O sistema fiscal brasileiro é extremamente perverso com o Estado do Pará", criticou Jatene.

Porém, o governador disse que tem grande dificuldade em admitir que membros de sua base aliada no legislativo estadual possam trabalhar a partir do resultado do plebiscito contra o Estado. "É preciso distinguir os interesses do governo e do Estado", enfatiza Jatene, que tem grande parte da base aliada na Assembleia Legislativa defendendo a criação do Carajás e do Tapajós, inclusive, o vice-líder da bancada governista, João Salame, presidente da frente pró-Carajás, assim como o líder do PSDB, José Megale, que integra a frente pró-Tapajós.

Resultado

O presidente do Tribunal Superior Eleitoral, ministro Ricardo Lewandowski, acompanhou de perto o plebiscito na capital paraense e anunciou o resultado matemático ainda hoje. Como a dimensão territorial do Pará sempre dificulta que os resultados das eleições sejam divulgados cedo, a expectativa do Tribunal Regional Eleitoral (TRE/PA) é divulgar o resultado irreversível por volta das 21 horas e o restante no decorrer da noite. O trabalho de apuração poderá se estender até meia-noite.

O ministro acompanhou a votação no colégio Paes de Carvalho, escola tradicional do ensino público paraense, que se localiza em frente ao prédio local do TRE e que abriga 14 seções eleitorais, reunindo quase 5 mil eleitores. Ele se disse satisfeito com a tranquilidade do plebiscito, que durante toda a manhã não apresentou nenhuma ocorrência grave.

Do próprio TRE o ministro monitorou as eleições nas outras regiões, especialmente, sul, sudeste e oeste.

Lewandowski definiu o plebiscito no Pará como um "momento histórico e de prova de consolidação da democracia no

Brasil".

	VEÍCULO JORNAL DO COMMERCIO ONLINE		EDITORIA
	TÍTULO Cláudio Humberto		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Novo chefe

O advogado Thomaz Nogueira, especialista na área tributária, é o novo **Superintendente** da **Suframa**, órgão que

cuida da **Zona Franca**, em **Manaus**. Nogueira integrava o secretariado do governo Omar Aziz.

	VEÍCULO G-1		EDITORIA
	TÍTULO Com IPI menor, fabricantes de linha branca contratam		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

A indústria de geladeiras, fogões e lavadoras volta a contratar trabalhadores e negocia redução de férias coletivas de fim de ano. A reação das empresas, que chegaram a cogitar demissões em outubro, ocorre uma semana após o governo ter cortado o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) sobre esses eletrodomésticos. É uma injeção de ânimo para a indústria e o comércio, com impacto nas vendas do Natal, mas principalmente no primeiro trimestre de 2012.

A Whirlpool, por exemplo, dona das marcas Brastemp e Consul e de 40% do mercado de eletrodomésticos, acaba de abrir 1.100 vagas para as fábricas de Rio Claro (SP) e Joinville (SC). As contratações correspondem a quase 10% do quadro de trabalhadores da empresa na linha branca. "Já sentimos muito mais motivação do varejo por aquisições não só para dezembro, mas planejando as compras do primeiro trimestre", afirma o presidente para a América Latina, José Drummond.

O executivo calcula um acréscimo das encomendas para o Natal entre 15% e 20% em relação à previsão feita antes do corte do IPI. Para o primeiro trimestre, ele projeta crescimento de até 30% nos volumes, dependendo da categoria de produto.

As concorrentes Electrolux e Mabe também estão reavaliando a produção para os próximos meses. Segundo Lourival Kiçula, presidente da Eletros, que reúne a indústria do setor, a direção da Electrolux negocia com os sindicatos de trabalhadores de São Carlos (SP) e Curitiba (PR), onde estão

as suas fábricas, a redução das férias coletivas de fim de ano para acelerar a produção.

"A empresa também avalia contratações para no início de 2012", diz Kiçula. Ele acrescenta que a Mabe, que produz eletrodomésticos com as marcas Continental e Dako, também considera a possibilidade de admitir trabalhadores.

A Latina, que fabrica lavadoras semiautomáticas, mais conhecidas como tanquinhos, vai ampliar a produção aumentando o número de horas extras. "Já conseguimos negociar com os fornecedores de componentes um acréscimo de 5% no volume de produtos para atender o aumento das encomendas das lojas", conta o presidente da empresa, Valdemir Dantas.

Já a Esmaltec, que fabrica fogões e geladeiras em Maracanaú, no Ceará, condiciona as contratações ao aumento do consumo. "Caso haja crescimento da demanda, responderemos com agilidade", diz a Superintendente da empresa, Annette de Castro, em comunicado.

Multiplicador. Com mais ou com menos intensidade, as grandes redes varejistas já detectaram crescimento nas vendas de geladeiras, fogões e máquinas de lavar na última semana. Além de ampliar o volume de negócios, os varejistas destacam o efeito multiplicador de vendas que o corte de IPI provoca em outros setores da loja.

	VEÍCULO BRASIL ECONÔMICO-SP		EDITORIA
	TÍTULO Reforma de Dilma pode ter choque de gestão e corte de <u>Ministérios</u>		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Presidente quer aderir ao modelo de governança corporativa do setor privado e poderá reduzir de 38 para 32 número de cargos no primeiro escalão do governo a partir de 2012

Pedro Venceslau e Rafael Abrantes

Quando tomou posse em janeiro de 2011, a presidente Dilma Rousseff já sabia que dentro de um ano teria que promover uma reforma ministerial. Na ocasião, ela optou por ampliar o número já excessivo de pastas do governo para acomodar os 27 partidos que fizeram parte de sua coalizão-a maior da história política brasileira-na campanha presidencial.

Ao formatar a equipe com 38 Ministérios (outro recorde), ficou claro que dentro do time haviam diversos nomes com aspirações políticas para as eleições municipais de 2012. Um ano e sete demissões depois, a presidente se depara com a lista de seis nomes demissionários.

Fernando Haddad (Educação), Iriny Lopes (Política para Mulheres), Fernando Bezerra (Integração Nacional) e Luiz Sergio (Pesca) pretendem disputar eleições. Paulo Sergio Passos (Transportes) e Paulo Roberto dos Santos Pinto (Trabalho) são interinos com prazo de validade.

Outros dois ministros, Mário Negromonte (Cidades) e Fernando Pimentel (Desenvolvimento) estão enrolados em denúncias.

E, se realmente for eliminado o que é considerado gordura dentro do governo, o número de Ministérios pode cair para 32 após a reforma. Na Casa Civil, entretanto, ainda não há estudos sobre redução ou fusão de pastas, apesar da pressão política para que isso aconteça. A partir das mudanças consideradas obrigatórias, a presidente pretende aproveitar a ocasião para, enfim, seguir a orientação de um dos seus principais conselheiros, o empresário Jorge Gerdau, e promover enxugamento na estrutura administrativa.

"Os livros falam que se gerencia com seis a oito pessoas. Pelo menos foi isso que aprendi nas leituras internacionais. A presidente fala em agrupamento de áreas", disse Gerdau à coluna Mosaico Político, do Brasil ECONÔMICO, publicada na última sexta-feira (9).

Levantamento feito pelo BRASILECONÔMICO mostra que as pastas mais cotadas para serem fundidas ou extintas (veja gráfico abaixo) reúnem 45.643 cargos espalhados pelo país. Se o movimento se concretizar, esse número será reduzido. "A situação é de exaustão após tantos escândalos.

Mas o desenho dos Ministérios é sempre político e não de racionalidade administrativa.

O objetivo continuará a ser ocupa-los com aliados partidários", diz Carlos Melo, professor e cientista político do Insper.

"É a presidente quem terá condições de avaliar o número ideal de pastas. Mas existem sim vantagens em um enxugamento", observa o senador Eduardo Suplicy (PT-SP).

No Congresso, entretanto, o tema ainda não é discutido abertamente pela base aliada. "O que ocorreu (em 2011) não foi uma faxina, mas uma limpeza de contingência", destaca Melo, lembrando a indecisão do Planalto em demitir o ex-ministro do Trabalho, Carlos Lupi (PDT-RJ). Para o professor de ciência política da Universidade Federal Fluminense (UFF), Eurico Figueiredo, a próxima reforma nos Ministérios e a divisão de cargos será um "quebracabeça" articulado à medida do peso político de aliados. "Esta é a prioridade. Outros partidos serão contemplados a partir do apoio no Legislativo", afirma.

"O recesso parlamentar até fevereiro também ajuda a evitar 'barulhos' com a transição." Figueiredo prevê que a troca de nomes na Esplanada seja concluída até o fim de janeiro.

Já David Fleischer, professor da Universidade de Brasília (UnB), aposta em uma reforma "bastante abrangente", que pode ceder espaço a políticos no comando, mas contará com indicações técnicas de Dilma entre subordinados.

Apesar do status de Ministério, as secretarias ligadas à Presidência parecem ser as mais vulneráveis às decisões de Dilma.

Suas atividades políticas são voltadas a setores sociais e de infraestrutura do país, criadas ainda durante o governo Lula: Igualdade Racial, Políticas para Mulheres, Direitos Humanos, Portos e Assuntos Estratégicos.

Além da resistência de setores do PT que controlam esses espaços, a ideia de promover um "passaralho" na área também é combatida por organizações de militantes das respectivas áreas.

Se juntar a pasta de Educação com Ciência e Tecnologia, aí sim o ensino básico ficará abandonado pelo governo Cristovam Buarque Senador pelo PDT/DF

Ministros afastados

7 de junho - Acusado de enriquecimento ilícito, Antonio Palocci deixa a Casa Civil.

6 de julho - Alfredo Nascimento é afastado dos Transportes por denúncia de superfaturamento.

4 de agosto - Nelson Jobim deixa o **Ministério** da Defesa após fazer críticas ao governo.

17 de agosto - Em meio a denúncias de corrupção, Wagner Rossi deixa a Agricultura.

14 de setembro - Acusado de usar dinheiro público para questões pessoais, Pedro Novais é afastado do Turismo.

26 de outubro - Orlando Silva deixa o **Ministério** do Esporte após denúncias de desvio de recursos.

3 de dezembro - Após as denúncias de irregularidades, Calos Lupi deixa o Trabalho.

	VEÍCULO BRASIL ECONÔMICO-SP		EDITORIA
	TÍTULO Emprego na indústria recua 0,4% em outubro		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

No ano, a alta é de 1,3% e no acumulado em 12 meses, a expansão chega a 1,6%, diz IBGE

O emprego industrial caiu 0,4% em outubro em relação a setembro, quando o índice também apresentou queda de 0,4%. No ano, no entanto, a alta é de 1,3%, com ritmo abaixo do verificado nos meses anteriores. No acumulado dos últimos 12 meses encerrados em outubro, a expansão chega a 1,6%, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Em relação a outubro de 2010, houve queda de 0,3%, primeiro resultado negativo desde janeiro do ano passado, nesse tipo de comparação. Houve redução no contingente de trabalhadores em seis dos 14 locais pesquisados.

São Paulo foi a cidade que mais contribuiu para o resultado, ao apresentar queda de 3,5% no nível de emprego.

A pesquisa aponta também que o número de horas pagas aos trabalhadores da indústria caiu 0,9% em outubro, na comparação com o mês anterior, registrando a segunda

taxa negativa consecutiva. A diminuição das horas pagas foi registrada em 11 dos 18 setores pesquisados.

Já os setores de meios de transporte, máquinas e aparelhos eletroeletrônicos e de comunicações, alimentos e bebidas e máquinas e equipamentos tiveram variações positivas entre setembro e outubro.

Na comparação com o mesmo período do ano passado, houve queda de 1% no número de horas pagas. ABr

Quinze dos 18 setores investigados pelo IBGE apresentaram taxas negativas, sobretudo setores industriais como os de borracha e plástico, papel e gráfica, alimentos e bebidas, produtos de metal e calçados e couro

	VEÍCULO R7		EDITORIA
	TÍTULO Dilma avalia positivamente resultado da Conferência da ONU sobre Mudanças Climáticas		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Ministra do Meio Ambiente destacou papel do Brasil nas negociações

Apesar de criticado por ambientalistas, o resultado da 17ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP-17), em Durban, África do Sul, foi bem avaliado pela presidenta Dilma Rousseff.

Em conversa por telefone com a ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, na manhã deste domingo (11), Dilma disse ter ficado "satisfeita com o resultado da conferência e, em especial, com o desempenho do país durante as negociações".

Representantes de 194 países concordaram, durante as negociações terminadas na madrugada de hoje, em renovar o Protocolo de Quioto para pelo menos até 2017, e iniciar um

processo com força legal, visando a um novo pacto global sobre o clima. O documento aprovado prevê o início das negociações já no ano que vem.

A ministra destacou à presidente a importância do papel do Brasil na condução do acordo, principalmente pelas negociações com os países que compõem os Brics (além do Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul).

Durante as reuniões, foi instituída a estrutura do Fundo Verde do Clima, criado para financiar ações de combate às mudanças climáticas. No entanto, o número de países participantes do novo protocolo foi reduzido, com a saída da Rússia, do Japão e do Canadá.

De acordo com o Palácio do Planalto, a renovação do protocolo dará "fôlego para que as negociações não parem".

	VEÍCULO PORTAL D24AM		EDITORIA
	TÍTULO Novo <u>Superintendente da Suframa</u> admite risco com a reforma tributária		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Thomaz Nogueira revela que o foco de suas ações será implantar as bases para a evolução do modelo de desenvolvimento do Amazonas nos próximos 50 anos.

Manaus - A reforma tributária é considerada o 'risco' imediato na gestão do futuro Superintendente da Zona Franca de Manaus, atual secretário-executivo da Fazenda, Thomaz Nogueira, na opinião do próprio dirigente. Para ele, o foco de suas ações será implantar as bases para a evolução do modelo nos próximos 50 anos. Caminho que enfrentará como obstáculos também a questão da infraestrutura e a busca por domínio da tecnologia de processo e produção.

Em sua gestão na Suframa, qual será sua prioridade? O que o senhor defenderá com mais ênfase junto ao Mdic?

A minha preocupação é com a sustentabilidade do modelo. O que tem que ser feito é criar as bases para os próximos anos, assegurando as condições de competitividade da base instalada e isso passa por tributação, logística e domínio da tecnologia de processo. A maioria dos produtos que temos são manufaturas. Por que não vamos mais além? Onde está o desenvolvimento de produtos, a evolução, o desenho do produto, a tecnologia do conhecimento? Nós podemos trazer tudo isso pra cá. Isso não afasta as tarefas operacionais de eficácia do órgão, de agilidade do processo de controle de entradas.

Reforma tributária e crise internacional são dois grandes desafios que o senhor terá que enfrentar de início na opinião do secretário Isper Abraham. O senhor concorda com ele?

Sobre a tributação no destino, na visão do Estado há dois pilares: competitividade, que vai gerar a atividade econômica, e a arrecadação, que alguns Estados entendem que se houve um mecanismo de compensação de arrecadação está 'ok'. Para nós não basta. A arrecadação não compensa, não acompanha o crescimento econômico, não compensa a massa salarial. Nós queremos o primeiro aspecto, nós queremos a atividade econômica.

Como estudioso da área, qual a sua visão de fora da Suframa?

Grande parte das limitações nos resultados da Suframa não é por inação do órgão, não é por incompetência, mas por limitações que foram impostas como contingenciamento e políticas industriais, que causam impacto no modelo, mas a avaliação é extremamente positiva.

Dos segmentos do PIM, quais o senhor acredita que no momento estão precisando de mais atenção?

O crescimento do faturamento e do emprego mostram pujança, mas isso não garante resultados futuros. O polo de componentes tem um papel estratégico nisso. Precisamos dar uma olhada, mas ainda é cedo para se manifestar sobre políticas específicas.

O senhor pretende rediscutir essas imposições como a questão do contingenciamento com o governo?

Nós temos que buscar sensibilizar para que seja o menos danoso possível. Se nós geramos recursos pela atividade econômica significa um ônus, uma carga tributária. Ou a gente utiliza isso para o desenvolvimento do polo, para aplicar em infraestrutura, ou a gente diminui essa carga, porque afeta também a competitividade. É preciso competência, paciência e empenho para sensibilizar os órgãos federais de que a nação pode ganhar mais ainda sem contingenciamento.

Como o senhor enxerga o futuro da ZFM?

Com otimismo, mas a manutenção de um modelo de desenvolvimento na Amazônia vai ser sempre uma preocupação nacional. Nós somos muito importantes para o Brasil em termos territoriais, de preservação... Tem muita gente que tem preconceito e não consegue enxergar isso. A discussão do tablet, por exemplo, foi atravessada. Como alguém pode dizer que não é um bem de informática? O fato é que nós temos que alinhar nossos interesses aos da sociedade brasileira, que é o de inclusão digital. A sociedade determinou que esse é o valor e o Amazonas não pode querer tributar para ter uma diferença. Não existe isso. Precisamos fazer uma análise 'desapaixonada' sobre o tema. Nós temos que ser inteligentes o suficiente para buscar o nosso desenvolvimento dentro disso.

Com a maneira conturbada com que a ex-Superintendente Flávia Grosso deixou a Suframa, a imagem da autarquia ficou arranhada. Como o senhor pretende recuperá-la?

No ambiente público nós vemos muitas incompreensões e pré-julgamentos, às vezes se contraria interesses subalternos e políticos. Vamos garantir a transparência necessária para que a sociedade acompanhe todos os atos da Suframa.